

O JOGO, A REGRA E A CRIANÇA: UM ESTUDO SOBRE OS TIPOS DE INTERAÇÕES E OS JUÍZOS PRESENTES NA RELAÇÃO DA CRIANÇA COM A REGRA.

Ana Paula Sthel Caiado

apcaiado@usp.br

Maria Thereza Costa Coelho de Souza

Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano

Doutorado

Introdução

O presente trabalho discute o desenvolvimento moral infantil, a partir do estudo da relação da criança com a regra em diferentes contextos, utilizando-se para tanto jogos de regras. De acordo com a abordagem psicogenética, o jogo ao possibilitar a livre construção do conhecimento e estimular trocas sociais cooperativas, acaba por favorecer a superação do egocentrismo moral e intelectual, aspecto este indispensável à construção de juízos morais autônomos. Optou-se, no presente estudo, focalizar mais diretamente as interações infantis em contextos regrados, utilizando-se o jogo como espaço propício ao levantamento de tais interações. O próprio Piaget em seu texto de 1932 usa um jogo de regras para estudar a moralidade e defende esta atividade como uma instituição genuinamente infantil propícia ao desenvolvimento do respeito mútuo e do estado cooperativo fundamental a autonomia.

Objetivo:

Posto isto, a presente pesquisa teve como objetivo investigar diferentes formas de interação da criança com a regra em contextos de jogo e não-jogo, assim como suas possíveis influências sobre o desenvolvimento do juízo moral infantil, segundo o referencial psicogenético piagetiano.

Método:

Participaram da pesquisa 14 grupos com quatro componentes cada, todos com crianças entre sete e oito anos de idade. Foram aplicados diferentes contextos de contato com regras, sendo dois envolvendo o jogo e um de não-jogo. Em um dos contextos de jogo as crianças jogaram conforme regras prescritas pela experimentadora (situação fechada), no outro havia a possibilidade de intervir e propor novas formas de jogar (situação intermediária) e no terceiro foi solicitado que inventassem um jogo com o material fornecido. O contexto de não-jogo foi constituído por observações em sala de aula e recreio. Foi realizada uma sessão semanal para cada modalidade de contexto descrita, com cada grupo, sendo uma por dia, durante três semanas. Concluída a aplicação dos diferentes contextos de regra, os sujeitos passaram por uma entrevista clínica, na qual foram investigados alguns aspectos do juízo moral.

Resultados Parciais:

A análise do dados encontra-se em andamento não sendo possível ainda vislumbrar resultados conclusivos do estudo. O que se pode adiantar é que os dados são analisados a partir da categorização das ações adotadas pelos sujeitos, principalmente aquelas de caráter mais social como, por exemplo, troca cooperativa, compreensão e uso das regras, consideração da perspectiva alheia, interajuda, troca de ideias, realização de acordos consensuais, resolução de conflitos, tomadas de decisão, emissão de julgamentos, entre outras. Tais categorias são então convertidas em indicadores empíricos, com os quais é possível delimitar três vias de análise: relações entre indicadores; relações entre contextos e acompanhamento individual de cada sujeito. Como resultado, espera-se esclarecer de que maneira

diferentes contextos de interação com a regra poderiam contribuir para a promoção de um nível de juízo moral mais próximo da autonomia nas crianças pesquisadas, e diante disso debater a relação da criança com a regra como aspecto determinante de seu desenvolvimento moral e do jogar como situação propícia ao estudo desta relação.

Considerações Finais:

Sendo a consciência e as práticas das regras fatores relevantes para a compreensão do desenvolvimento moral, os diferentes contextos que envolvem o jogar com regras, podem revelar-se espaços privilegiados para o estudo da moralidade infantil. Busca-se, assim, a partir da presente pesquisa, evidenciar aspectos relevantes da relação da criança com a regra no contexto de jogo, entendendo-a como parte importante de seu desenvolvimento moral.

Palavras-chave: jogos de regras; desenvolvimento moral infantil; epistemologia genética.

Apoio financeiro: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP)